

RELATÓRIO

Audiência Pública: “Impactos da venda de áreas verdes em Salvador”

Local: Salão de festas do Edifício Orizon (Rua José Pancetti, 303, Barra)

Data: 24/03/2025

Horário: 18h

Considerações

[Falante não identificado]: Salvador se caracteriza por ter um grande patrimônio cultural e paisagístico, e é preciso valorizar e preservar esses aspectos. Precisamos pensar como gerar emprego e renda, considerando também a importância da cultura, da paisagem e do meio ambiente. O Morro do Ipiranga representa uma parte da paisagem que deve ser preservada. Morei perto, sempre na Barra, um lugar muito privilegiado na cidade. Durante a quarta Conferência de Meio Ambiente, discutimos e concluímos que o Brasil tem um patrimônio imenso: 44 mil quilômetros de orlas marítimas, fluviais e lacustres. Comuniquei ao Otávio Freire, do Patrimônio da União, sobre uma ação que ocorreu quando foi construída uma passarela sem autorização da SPU. Precisamos de um plano efetivo para o uso dessas áreas, para evitar que sejam vendidas indevidamente para hotéis e empreendimentos privados. O Brasil tem potencial turístico fantástico, mas é necessário um planejamento adequado que beneficie toda a população, não apenas poucos.

Miguel: Trabalho com editais e adquiri bastante experiência no movimento do Buracão. Quero contribuir com a iniciativa aqui presente. A lei 14.133 rege todos os editais, exigindo clareza do objeto e a avaliação prévia do seu valor estimado. Por exemplo, a Odebrecht comprou um terreno por 5,7 milhões, que anteriormente custava 1,7 milhão. Ao analisarmos a área construtiva permitida pela prefeitura, inicialmente multiplicada por 1,5, chegamos a uma área útil maior devido aos espaços adicionais. Além disso, existe a “outorga onerosa”, que legalmente dobra o potencial construtivo para 3 vezes a área original. Com adicionais por degradação (artigo 111 do PDDU), a área total chega até 7.200 m² num terreno de 1.043 m², elevando significativamente o valor. Esse terreno, que custou 5,7 milhões, poderia valer entre 15 e 25 milhões de reais. Ofereço essa experiência para ajudar a prefeitura a avaliar corretamente os terrenos. No entanto, as informações solicitadas à Secretaria da Fazenda não são fornecidas, tornando necessária uma mobilização e pressão direta.

Ordete: Antes, os prédios na Barra tinham no máximo seis andares, hoje chegam a 23. Estamos perdendo qualidade de vida e a beleza histórica do bairro. Precisamos nos mobilizar e cobrar explicações diretamente do prefeito sobre a venda das áreas verdes e costeiras, questionando por que não vendem áreas desertas. A falta de transparência indica algo errado.

[Falante não identificado] - movimento SOS Buracão]: Solicitamos várias vezes audiência com o prefeito, mas não obtivemos resposta. O prefeito negou em entrevista ter liberado um alvará, quando já havia liberado, mentindo publicamente. Precisamos pressionar mais, envolver o Ministério Público e a polícia, já que parece um descumprimento legal sistemático.

Anderson Leal (vereador): Recomendo que façam denúncias pela Ouvidoria da Câmara, pois temos recebido respostas oficiais das secretarias que podem servir como documentação. Sou membro da Comissão de Planejamento Urbano, que promoverá mais audiências públicas para ampliar o debate.

Antônio Carlos: Sobre a outorga onerosa, questiono se o aumento do potencial construtivo respeita a viabilidade urbana ou se é apenas uma retirada de direitos dos proprietários, sem compensação adequada.

Nilza Reis: Nosso foco deve ser na legalidade ou ilegalidade da desafetação e alienação, e não apenas na questão do valor, pois há precedentes judiciais que proíbem a alteração da destinação original de áreas públicas.

Celsinho (médico infectologista): Salvador está indo na contramão global, impermeabilizando áreas e perdendo áreas verdes. Isso aumenta riscos climáticos e doenças como a dengue. Precisamos mobilizar mais moradores, pois essa luta deve unir toda a população, independente de ideologia.

André (representante da OAB): Estou aqui representando a OAB para levar essas discussões à diretoria, buscando uma possível posição institucional sobre o assunto.

Representante da Associação de Moradores da Barra (AMAR): Precisamos exigir transparência e diálogo da prefeitura. A sociedade civil precisa se unir para impedir essas ações ilegais e pressionar diretamente o prefeito.

Marta Rodrigues (vereadora): Precisamos mobilizar a sociedade civil para impedir leilões ilegais e desafetações, especialmente em áreas verdes importantes. A prefeitura usa artifícios como a “indústria da degradação” para justificar construções exageradas.

Aladilce (vereadora): Não podemos aceitar o negacionismo ambiental da prefeitura. A emergência climática é real e deve motivar uma ampla mobilização. O patrimônio público está sendo subtraído em benefício de poucos.

Socorro Colin (ambientalista e perita judicial): Salvador depende do turismo e do meio ambiente, pilares ameaçados pela prefeitura ao vender áreas verdes. É necessário preservar esses recursos para o futuro da cidade.

Miguel: Vivi de perto a tragédia climática em Porto Alegre. Precisamos evitar que Salvador siga o mesmo caminho, cedendo a interesses econômicos contra o bem público e ambiental.

[Sugestão final - participante não identificada]: Proponho criar uma página “Em Defesa de Salvador” para unir e fortalecer todos os movimentos ambientais dispersos pela cidade.

Encerramento (Ouvidoria): Esta audiência foi gravada e será feita uma ata disponibilizada aos participantes. Incentivamos todos a continuar denunciando e participando das mobilizações para defender as áreas verdes e o patrimônio público de Salvador.

Encaminhamentos:

1. Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;
2. Envio do relatório para:
 - Todos os vereadores
 - Todas as entidades presentes
 - Gabinete do Prefeito

Salvador, 08 de abril de 2025.



Hélio Ferreira
Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

